

A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVO-CULTURAL DO TERRITÓRIO EM PROGRAMAS ELEITORAIS DA FRENTE CONTRA A CRIAÇÃO DO ESTADO DE CARAJÁS NO PLEBISCITO DE DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ²⁷

Carlos Borges Júnior (UFT)
borges-junior@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho investiga como programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará se valeram de aspectos discursivo-culturais para construírem significados/referências sobre o território em disputa. Nesse sentido, será analisado o primeiro programa da Frente Contra a Criação do Estado de Carajás (Programa Não e Não Carajás), com o objetivo de identificar como se deu o processo de construção discursiva, que se vale de elementos culturais da identidade paraense, para relacioná-los ao território, constituindo o discurso da não divisão. O *corpus* de análise é formado pela transcrição do programa eleitoral, com base em Silva Júnior (2017). As incursões de Norman Fairclough (2008) e Chouliaraki e Fairclough (1999), da Análise Crítica do Discurso e de Bonini (2013) e Meurer (2005), da Análise Crítica de Gêneros do Discurso, ancoram as discussões; além dos apontamentos sobre identidade cultural de Silva (2014). Tais autores propõem um olhar crítico voltado às instituições e suas práticas de linguagem, alertando quanto à construção de discursos que reforçam desigualdades e assimetrias na vida social, sobretudo quando articulados à projeção midiática, além de destacarem a relação entre linguagem e formação de significados identificacionais. Os resultados apontam que mídia e política, ao produzirem os discursos contrários à divisão do estado do Pará, valeram-se de elementos culturais para reforçar práticas discursivas dominantes, que inviabilizaram a divisão territorial do estado do Pará; aspecto esse que manteve inalterada a relação de poder em favor do discurso das classes hegemônicas, reforçando princípios dominantes quanto à representação do território.

Palavras-chave:

Discurso. Território. Identidade Cultural.

ABSTRACT

This article investigates how electoral programs of the plebiscite regarding the division of the state of Pará took advantage of discursive-cultural aspects to construct meanings/references about the disputed territory. In this perspective, the first program of the Front Against the Creation of the State of Carajás (Programa Não e Não Carajás) will be analyzed, in order to identify how the process of discursive construction took place, which uses cultural elements of Paraense identity to relate them to the

²⁷ Este artigo é resultado de estudos financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, durante estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, PDTSA/ UNIFESSPA.

territory, constituting the discourse of non-division. The corpus of analysis consists of transcripts of the electoral program, based on Silva Júnior (2017). The incursions of Norman Fairclough (2008) and Chouliaraki and Fairclough (1999), of Critical Discourse Analysis and Bonini (2013) and Meurer (2005), of Critical Analysis of Discourse Genres, support the discussions; as well as in the points about cultural identity by Silva (2014). These authors propose a view focusing on institutions and their language practices, warning about the construction of discourses that reinforce inequalities and asymmetries in social life, especially when associated with media projection, and highlight the relationship between language and formation of identificational meanings. The results indicate that the media and the politicians, while producing discourses contrary to the division of the state of Pará, have used cultural elements to reinforce dominant discursive practices, which made the territorial division of the state of Pará unviable; this aspect kept the power unchanged in favor of the discourse of the hegemonic classes, reinforcing dominant principles concerning the representation of territory.

Keywords:

Discourse. Territory Cultural Identity.

1. Introdução

Disputas por território mobilizam relações sociais de diversas ordens. Em jogo, estão o poder e a dominação sobre a terra, sobre os espaços e, em alguns casos, o controle sobre os indivíduos que residem nesses lugares. Os envolvidos nos embates valem-se de todos os instrumentos acessíveis à luta para garantir a posse do território. As armas utilizadas nessas batalhas, historicamente, já incluíram punhos e espadas, munições e bombas. Vale acrescentar, ainda, a palavra como estopim aos confrontos, visto o arsenal de sentidos que projeta e constrói; o discurso como instrumento de luta e também como arma de combate e dominação, enunciado para exercer o poder sobre as mentes, os campos das atividades humanas e todos os territórios possíveis de se alcançar.

A modernidade tardia, conceito proposto por Giddens (2002), é um período caracterizado por profundas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais em escala global (Cf. CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), que “afetam as relações entre as pessoas (...), devido ao acirramento das políticas de globalização, com a valorização de ideologias dominantes sobre grupos minoritários”, entre outros aspectos (BORGES JÚNIOR, 2020, p. 78); o discurso tem assumido um lugar central nas disputas sociais, visto ser compreendido enquanto lugar de construção e sedimentação de processos sociais por meio da linguagem. Nesse contexto histórico, há seis concepções possíveis para discurso, sendo entendido enquanto “relações sociais, poder, crenças/valores/desejos, práticas sociais,

instituições/rituais e discurso/linguagem” (HARVEY *apud* CHOULIA-RAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

As ancoragens para o termo *discurso* ampliam o papel que a prática social mobiliza em processos de produção, distribuição e consumo de textos, sobretudo porque essas atividades se realizam de modo específico em cada interação verbal, mediante seus contextos e usos sociais da linguagem. Quando mídia e discurso estão articulados, a projeção de sentidos produzidos pela linguagem encontra maior visibilidade, quebrando as fronteiras de espaço e de tempo. Já dizia Giddens (1997, p. 23): “Os media são tanto uma expressão das tendências descontextualizadas e globalizadoras da modernidade, quanto instrumentos dessas mesmas tendências.”. Esses traços constituem o dinamismo da modernidade, de modo que a mídia suplanta as formas de interação, alcançando diferentes locais em um curto período de tempo e, também, prolongando no tempo o registro dos discursos, visto o aparato tecnológico de que ela dispõe para armazenar e tornar sempre acessíveis os enunciados dos acontecimentos sociais.

Pode-se dizer, portanto, que a mídia atualiza e dá visibilidade a discursos sociais de diferentes ordens, projetando-os no contexto social. Tais enunciados são permeados por posições e ideologias. As posições se referem às relações de poder e às ideologias enquanto sentidos a serviço do poder (Cf. THOMPSON, 1998; 2002). Wodak ressalva que “o poder não deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, modificar sua distribuição no curto e no longo prazo” (WODAK *apud* MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 44). No que tange ao relacionamento entre poder e linguagem, os autores mencionam que Fairclough aponta dois aspectos: “o poder no discurso” e o “poder por trás do discurso”:

O primeiro refere-se à atuação de participantes poderosos no exercício do controle, na imposição de restrições às contribuições dos demais participantes, sobretudo aqueles em desvantagem no que se refere ao poder. Tal invenção relaciona-se ao conteúdo, às relações sociais e às posições de sujeito que as pessoas podem ocupar no discurso. O segundo aspecto pressupõe o que seria um efeito oculto do poder que leva à construção e à manutenção coesa e funcional de toda a ordem do discurso. Ademais, ambos os aspectos do poder não se constituem em atributos permanentes de qualquer pessoa ou grupo social; não são algo livre de disputa. Ao contrário, o poder está a todo o momento sendo disputado, reafirmado e perseguido, seja por aqueles que o detêm, seja por aqueles explorados em razão de sua condição social. (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 44)

A disputa pelo território no plebiscito que consultou a população do Pará sobre o processo de divisão do estado para a criação de outros dois, Carajás e Tapajós, mobilizou a luta pelo poder sobre a extensão geográfica daquela unidade federativa. Embora fossem dois os plebiscitos, esta pesquisa aborda, exclusivamente, a disputa relativa ao processo de criação do estado de Carajás, de modo específico quanto à representação discursivo-cultural do território nos programas eleitorais de televisão, exibidos no horário eleitoral gratuito no ano de 2011.

Na época, foram criadas duas frentes de discussão: 1) Frente Pró Estado do Carajás, em defesa da criação (Programa do Sim); e, 2) Frente Contra a Criação do Estado de Carajás, contrária à divisão (Programa Não e Não Carajás). A esse respeito, selecionou-se como objeto empírico de análise o primeiro programa eleitoral da frente contra a criação de Carajás, com o objetivo de identificar como se deu o processo de construção discursiva, que se vale de elementos culturais da identidade paraense, para relacioná-los ao território, constituindo o discurso da não divisão.

A disputa construiu uma tríplice articulação de sentidos entre território, identidade e cultura, mobilizando sistemas classificatórios (simbólicos e materiais) por relações de pertencimento, em defesa do discurso dominante no intuito de evitar o desmembramento do estado. Para investigar como se deu esse processo, esta pesquisa analisará três aspectos da linguagem: i) o texto; ii) as práticas discursivas e, iii) as práticas sociais, articulados aos significados a) acionais, b) representacionais e, c) identificacionais, a começar pelas breves e precisas incursões teóricas desenvolvidas na próxima seção.

2. *Texto, práticas discursivas e práticas sociais no campo da ACD*

“A Análise de Discurso Crítica lança um olhar profundo e contemporâneo sobre a linguagem e suas implicações com a realidade social” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 37) e, por conta desse caráter, considera textos, práticas discursivas e práticas sociais eventos específicos de linguagem, particularmente, produzidos para manutenção do *status quo*, favorecendo ideologias dominantes e grupos historicamente hegemônicos da sociedade. Essa concepção considera que a materialidade textual é constitutiva de práticas discursivas, que mobilizam materialidades singulares, constitutivas de processos históricos existentes nas práticas sociais, já que a linguagem refrata a realidade social.

Desse modo, esta pesquisa entende por *texto* “todos aqueles produzidos nas mais diversas situações sociais, formais ou informais, tanto os escritos como os falados ou visuais” [e acrescentam, ainda, que esses materiais] “são tanto produtos de um processo quanto um processo em si, já que seu surgimento pressupõe uma dinâmica própria de um evento complexo que se relaciona ao tempo, à estrutura social e à ideologia” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42-43).

A concepção de prática discursiva está ligada imediatamente à ideia de discurso. Magalhães, Martins e Resende entendem por discurso “modos de representação *compartilhados socialmente*” (2017, p. 210, grifos dos autores), (...) “disponíveis para materialização ou articulação em textos individuais”. Em outras palavras, “diz respeito a um modo particular de representar parte do mundo, ligado a práticas sociais particulares e às diferentes posições ocupadas/assumidas por atores sociais nessas práticas” (FAIRCLOUGH *apud* MAGALHÃES, MARTINS; RESENDE, 2017, p. 208). Associada ao discurso, a prática discursiva se constitui a partir da representação de aspectos institucionalizados na sociedade, “que são alçados, materializados em textos” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 210).

De forma geral, pode-se entender por *práticas sociais* o um conjunto de atividades desenvolvidas regularmente nos mais diversos contextos sociais, sendo a prática discursiva, um momento específico de uso da linguagem no mundo social.

Discursos e práticas sociais possuem relações estreitas. Eles refletem, representam, constroem e constituem entidades e relações sociais e se associam por uma série de eventos na vida social. São eventos que se articulam como modos de agir (significado acional), modos de representar (significado representacional) e como modos de ser (significado identificacional). Resende e Ramalho (2014, p. 60), com base em Fairclough, explicam que “o significado acional focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/questiona as relações sociais”; enquanto que “o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional” que, por sua vez, “refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 61)

Tendo em vista que na vida social as relações perduram, os significados constitutivos das práticas vão sendo cristalizados, estabilizados e/ou modificados, portanto os modos de agir, representar e se identificar com os discursos interferem nas relações, posicionando os sujeitos nos

contextos em que vivem e dos quais participam. Fairclough (2008, p. 27) afirma que “as práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo a crença e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais”. Vale ainda acrescentar que “identidade e diferença são o resultado de atos de criação *linguística*, (...) são criadas por meio de atos de linguagem [e] é apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença” (SILVA, 2014, p. 76-7).

Em conjunto, todos esses aspectos, com seus respectivos significados no campo da teoria, auxiliam a perspectiva desenvolvida neste artigo a refletir quanto às relações de poder construídas em torno do território paraense, quando na ocasião do plebiscito de divisão do estado do Pará para a criação de Carajás.

3. Fundamentos metodológicos

O labor científico deve ser orientado por um *modus operandi* específico. Isso quer dizer que a abordagem metodológica resulta peculiar ao objeto de estudo selecionado pelo pesquisador, tornando possível alcançar os objetivos e metas planejados. A metodologia, como base conceitual, orienta o proceder. Ora, métodos científicos podem ser acionados como instrumentos para subsidiar os procedimentos metodológicos. Em relação íntima, esses elementos mantêm-se articulados no trabalho do pesquisador. Com base nesses apontamentos, a natureza metodológica desta pesquisa está fundamentada e orientada pela Análise Crítica do Discurso, que compreende o processo discursivo ancorado em três pilares: “os textos, as práticas discursivas e as práticas sociais” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 42).

Esses pilares serão acionados adiante nas análises. De modo específico, os textos/enunciados produzidos nos programas eleitorais, resultam de um processo de transcrição com base em Silva Júnior (2017), que considera as dimensões verbais e visuais dos gêneros audiovisuais, entre outros elementos, para consolidação e registro do objeto empírico transcrito. Então, a materialidade dessas transcrições inclui os enunciados verbais (texto falado), bem como as imagens projetadas no vídeo (textos visuais). Ambos integram o *corpus* a ser analisado, que em sua especificidade, resulta da transcrição dos gêneros Vinheta/Narração em *off* e *Slogan/Logotipo*, oriundos do hipergênero programa eleitoral.

Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 43), é “com ba-

se nos textos do *corpus*, e não em quaisquer textos aleatórios, que se procede à análise, buscando extrair regularidades discursivas”. Nos textos se encontram materializadas as práticas discursivas, já que os primeiros são resultados destas. “De igual modo, a interpretação [dos textos] envolve aspectos institucionalizados na sociedade, [visto que] as instituições sociais mantêm-se e reproduzem-se recorrendo a práticas discursivas”. O estudo tem natureza qualitativa e base interpretativa quanto à análise dos dados, considerando o texto, as práticas discursivas e as práticas sociais articulados à construção dos significados acional, representacional e identificacionais. Nessa perspectiva,

[...] o exame dos textos vai mostrar aspectos gramaticais – vocabulário, construções sintáticas, coesão e coerência – e discursivos, como a argumentação, a retórica, o emprego da modalidade e da negação, que aparecem como marcas ou pistas para compreensão e interpretação de textos e de sua vinculação a uma determinada formação discursiva (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 43)

A análise do texto, das práticas discursivas e sociais está fundamentada na transcrição do programa eleitoral, exibido no horário eleitoral gratuito de televisão, e nas imagens da dimensão visual gravadas/exibidas no vídeo. A transcrição do *Programa Não e Não Carajás* está materializada na tabela a seguir, considerando os seguintes elementos:

- (1) enunciador, (2) dimensão visual (número da cena, tipo de enquadramento da imagem, localização inicial do tempo em minutos, descrição da cena, localização final do tempo em minutos), (3) tipo de gênero (classificação da cadeia de gêneros, tipo de gênero do discurso), (4) dimensão verbal (registro da dimensão verbal). (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 99)

Quadro 1: Tabela de transcrição de dados.

En.	Dimensão Visual	Gn.	Dimensão Verbal
Nar.	[83. Close-up] 03:42 A imagem mostra uma cuia com tacacá. No canto esquerdo inferior e no canto direito superior há folhas e algumas pimentas amarelas. Ao fundo um jogo americano feito com artesanato amarelo. Aos 03:43 surge do lado esquerdo superior da tela a porcentagem 83%. Em 03:46 retira-se ingredientes do tacacá: sai o camarão. Na imagem perma-	Vin/Nar em off	Querem tirar 83% das terras do Pará. É igual a tirar do tacacá os camarões, o jambu ²⁸ , o tucupí, e até a goma. Só ia sobrar a cuia. Agora diga. Dá pra gostar disso?

²⁸ Tipo de planta cultivada na Região Norte do Brasil. É usada na gastronomia paraense para o preparo de pratos típicos como o tacacá. O ingrediente garante a sensação de formigamento nos lábios e na língua, devido à ação anestésica peculiar da planta.

	necem o jambu, o tucupí, a goma e a cuia. Aos 03:47 retira-se o jambu. Na imagem permanecem o tucupí, a goma e a cuia. Em 03:48 retira-se o tucupí. Na imagem permanece apenas a goma e a cuia. Aos 03:49 retira-se a goma. Na imagem resta apenas a cuia. Em 03:51 tem-se a imagem da cuia vazia sobre o jogo americano. Aos 03:52 , sobre a imagem da cuia vazia aparece a frase: Dá pra gostar disso? [03:53]		
Nar.	[84. Close-up] 03:54 Em fundo branco, surge no vídeo o slogan do Programa. Lê-se: NÃO E NÃO! NINGUÉM DIVIDE O PARÁ . Em 03:55 entra a bandeira do Pará e cobre o texto anterior. Aos 03:56 , entra a bandeira do Pará. Ela faz parte do logotipo da campanha da frente contra a criação do estado de Carajás e já forma o logotipo. Na imagem há a bandeira do Pará. Abaixo dela a frase na seguinte organização: NÃO E NÃO! NINGUÉM DIVIDE O PARÁ. CONTRA A CRIAÇÃO DO ESTADO DE CARAJÁS . E o círculo azul com a inscrição VOTE 55 do lado direito e inferior debaixo da bandeira. [03:57]	Slog./ Log.	NÃO E NÃO! NINGUÉM DIVIDE O PARÁ.

Fonte: Silva Júnior (2017, p. 314-15), *Programa Não e Não Carajás*.

A partir da transcrição dos dados, a análise foi organizada seguindo alguns procedimentos metodológicos: a) identificação dos enunciados verbais e visuais; b) construção de categorias de análise; c) explicação e significação das categorias no que elas representam conceitualmente; d) análise dos dados; e) associação teórica com os autores estudados e, f) apresentação das conclusões acerca do estudo desenvolvido.

4. Análise discursivo-cultural do território

A interrelação entre território, identidade e cultura, construída pelo discurso (verbal e visual) do programa eleitoral da Frente Contra a Criação do Estado de Carajás, aciona sistemas simbólicos complexos para significar o plebiscito de divisão do estado do Pará. A concepção de território enquanto terra, solo e espaço geográfico em disputa ligou-se à questão identitária quando aspectos culturais da culinária paraense foram articulados e postos em crise, isto é, quando geraram sistemas classificatórios de significação. Émile Durkheim, em citação de Woodward, “é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas

classificatórios que o significado é produzido” (2014, p. 41). É possível dizer que “um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em pelo menos dois grupos opostos – nós/eles; (...) eu/outro” (DURKHEIM *apud* WOODWARD, 2014, p. 40). Esse sistema se estabelece no plebiscito quando se opõem os eleitores: os que votam *sim* e os que optam *não* em resposta à divisão do estado.

“Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais” (WOODWARD, 2014, p. 41), portanto, materializados no discurso e nas práticas sociodiscursivas, na seleção de palavras, expressões e símbolos/simbologias da cultura, constitutivos dos enunciados. No campo do discurso tem-se o argumento em defesa da *não divisão* do estado do Pará (território) e esse enunciado reverbera no campo identitário e cultural. A culinária paraense (tacacá) é acionada para construir a ideia de identidade por relações de pertencimento, em analogia à nação/pátria (território); aos símbolos patrióticos (comidas típicas, bandeira); à cultura (modos de cozinhar, composição de pratos).

É, pois, a partir dessa relação tríplice (território, identidade e cultura), que serão analisadas as práticas discursivas enquanto modos de agir (significado acional), modos de representar (significado representacional) e modos de ser (significado identificacional). Há, ainda, que se destacar que os significados acional, representacional e identificacional ocorrem de maneira simultânea, consoante à perspectiva do modelo tridimensional proposto por Fairclough (2008), de modo que não é possível estabelecer limites e fronteiras rígidas, totalmente demarcadas entre cada um dos significados, visto que a análise de um mantém relações simultâneas com os outros. Como se verá constatado adiante, a análise dos enunciados verbais identificou nove práticas discursivas a serem problematizadas. Por sua vez, os enunciados visuais mobilizaram a criação de oito critérios de interpretação dos dados, ei-los a seguir:

O primeiro enunciado verbal (dimensão verbal), “Querem tirar 83% das terras do Pará. É igual a tirar do tacacá os camarões, o jambu, o tucupi, e até a goma. Só ia sobrar a cuia. Agora diga. Dá pra gostar disso?”, transcrito do Programa Não e Não Carajás da Frente Contra a Criação do Estado de Carajás, pode ser analisado em pelo menos sete aspectos/categorias, concomitantemente articuladas às práticas discursivas, materializadas no texto do gênero programa eleitoral, a saber:

i) Ocultação do sujeito: a não identificação dos interlocutores que

propõem a cisão do estado, materializada em *Querem* (Eles), numa relação de indeterminação do sujeito, fazendo associação entre o “nós” e o “outro” (sujeito oculto, mas com sentido indeterminado, já que não se identifica, especificamente, o outro a quem se refere no discurso);

ii) Uso de verbos que usurpam o sentido dos enunciados: prática evidenciada no uso de tirar (no sentido de roubar); sobrar (resultado da ação de lesar), associando-os a um modo de agir desonesto por parte de quem propõe/quer o desmembramento do estado;

iii) Presença de infinitivos verbais: exemplificada nos termos tirar, sobrar, gostar, na função de infinitivo impessoal, quando não há um sujeito definido, em associação ao sentido já exposto/explicado em i); sentido impessoal também construído quando o verbo é regido/complementado por uma preposição;

iv) Uso de figuras de linguagem: enquanto construções mais buscadas, ampliadoras de sentido, como o caso do uso de comparação em: “é igual a...”, “e até”; produção de metáfora com a cuia do tacacá; associação por metonímia, equivalentes à ideia da parte pelo todo, quando os ingredientes do prato típico: camarões, jambu, tucupi e goma vão desaparecendo até restar apenas a cuia. Esses recursos de linguagem expandem os sentidos acionados pelo discurso do programa;

v) Construção da linguagem enquanto um processo proporcional na relação de sentido: aspecto identificado pelo uso de porcentagens e ideias fracionárias na construção do argumento. O estado do Pará, considerado no seu todo geográfico, é representado pelo prato completo, com a totalidade dos ingredientes (100%); 83% de terra representa o percentual a partir do momento em que vão sendo retirados os camarões, o jambu, o tucupi e a goma; 17% representa a cuia, isto é, o que vai sobrar do território. A relação que se estabelece com essa prática discursiva equivale à ideia de que os dados quantitativos são inquestionáveis, sendo a representação exata da realidade, muitas vezes, considerados como a expressão da verdade, como apregoa o discurso midiático;

vi) A incerteza como questionamento: ação discursiva que provoca o efeito de medo (pavor à mudança, ao futuro incerto após a divisão, etc.), materializada na pergunta “Dá pra gostar disso?”, que finaliza tanto a argumentação em *off*, lida pelo narrador; quanto à transcrição da pergunta no vídeo, exposta sobre a imagem da cuia do tacacá, localizada na tela da TV, no centro do vídeo;

vii) Uso de locuções verbais: recurso utilizado pelo discurso midiático para aproximar a linguagem ao público, como se falasse em nome do próprio eleitor. Isso pode ser evidenciado em “Querem tirar” e “Ia sobrar”, por exemplo. Sentidos que podem ser articulados aos demais aspectos expostos anteriormente.

Já no segundo enunciado: “Não e não! Ninguém divide o Pará”, pode-se identificar dois aspectos a serem considerados:

1) a duplicação de termos/palavras como representação do poder: evidenciada pela repetição do advérbio de negação. A palavra “não” constrói o posicionamento taxativo, irredutível quanto ao plebiscito, por parte dos enunciadores que acreditam ter o poder de decisão sobre a terra, declarando “não e não”, como ato inegociável de mudança. O discurso duplica o não como uma forma de resposta fatídica e indialogável;

2) o reapagamento de sujeitos opostos: ação de linguagem construída com o uso do advérbio ninguém. A relação de poder, que pode ser evidenciada quando relacionada ao *apagamento dos sujeitos* que apoiam a divisão, é constituída por dois sentidos: 1) quando se referem ao enunciador (eu) e o interlocutor (tu), ambos participantes do mesmo grupo, é caracterizada de modo positivo e, 2) na referência à terceira pessoa do discurso (ele), fazendo alusão ao integrante do grupo rival, isto é, favorável ao desmembramento; recebe caracterização negativa, havendo o apagamento e/ou construção de sentido vago, impreciso, indeterminado ou indefinido.

A análise dos enunciados verbais (dimensão verbal) deve ser articulada às imagens exibidas nos enunciados visuais (dimensão visual), constitutivas do programa eleitoral já que, enquanto o narrador em *off* constrói o enunciado verbal, algumas imagens são projetadas para produzir determinados efeitos de sentido nos telespectadores (eleitores paraenses). Ao considerar a dimensão visual associada à dimensão verbal, esta pesquisa identificou oito aspectos a serem apreciados na relação estabelecida entre território, identidade e cultura. Nesse sentido, para contextualização da dimensão verbal, conforme transcrição linguística (Cf. SILVA JÚNIOR, 2017), opta-se, a seguir, por dois procedimentos metodológicos de apresentação do objeto empírico: 1) descrição do que ocorre na dimensão visual; 2) construção da sequência de imagens mobilizadas no trecho do programa eleitoral, concluindo com a análise dos aspectos levantados. No campo da descrição tem-se:

Gênero vinheta/narração em *off* (imagens de 1 a 6):

[83. Close-up] 03:42 A imagem mostra uma cuia com tacacá. No canto esquerdo inferior e no canto direito superior há folhas e algumas pimentas amarelas. Ao fundo um jogo americano feito com artesanato amarelo. Aos 03:43 surge do lado esquerdo superior da tela a porcentagem 83%. Em 03:46 retiram ingredientes do tacacá: sai o camarão. Na imagem permanecem: o jambu, o tucupi, a goma e a cuia. Aos 03:47 retiram o jambu. Na imagem permanecem: o tucupi, a goma e a cuia. Em 03:48 retiram o tucupi. Na imagem permanece apenas a goma e a cuia. Aos 03:49 retiram a goma. Na imagem resta apenas a cuia. Em 03:51 têm-se a imagem da cuia vazia sobre o jogo americano. Aos 03:52, sobre a imagem da cuia vazia aparece a frase: **Dá pra gostar disso?** [03:53]. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 314-15)

Gênero *slogan*/logotipo (imagens de 7 a 9):

[84. Close-up] 03:54 Em fundo branco, surge no vídeo o slogan do Programa. Lê-se: **NÃO E NÃO! NINGUÉM DIVIDE O PARÁ**. Em 03:55 entra a bandeira do Pará e cobre o texto anterior. Aos 03:56, entra a bandeira do Pará. Ela faz parte do logotipo da campanha da frente contra a criação do estado de Carajás e já forma o logotipo. Na imagem há: bandeira do Pará. Em baixo dela a frase na seguinte organização: **NÃO E NÃO! NINGUÉM DIVIDE O PARÁ. CONTRA A CRIAÇÃO DO ESTADO DE CARAJÁS**. E o círculo azul com a inscrição **VOTE 55** do lado direito e inferior debaixo da bandeira. [03:57]. (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 315)

A seguir, apresenta-se a sequência de imagens organizada conforme exibida na dimensão visual do programa eleitoral.

Conjunto de imagens 1: Dimensões visuais dos gêneros vinhetas/narração em *off* e *slogan*/logotipo.



Fonte: Programa Não e Não Carajás.

A relação estabelecida entre território, identidade e cultura pode ser identificada em associação ao ritual culinário, no tocante à composição da comida típica tacacá, por ocasião da exclusão dos ingredientes do prato. A análise das imagens do programa eleitoral resultou na construção de oito práticas discursivas passíveis de problematização. Para Durkheim, “se quisermos compreender os significados partilhados que caracterizam os diferentes aspectos da vida social, temos que examinar como eles são classificados simbolicamente” (DURKHEIM *apud* WOODWARD, 2014, p. 41). Tais simbologias, isto é, sistemas de significação mobilizam sentidos específicos no discurso quanto à:

a) apropriação de elementos da cultura paraense para construção do discurso patriótico: a seleção de bens culturais (tacacá, bandeira do estado do Pará) é acionada para despertar sentimentos de pertencimento/patriotismo nos telespectadores, de modo a reforçarem a relação de pertencimento ao votar contra a divisão do estado;

b) desconstrução estética da imagem: a decomposição do prato com o desaparecimento dos ingredientes constitui um recurso apropriado à significação da divisão do território, visto que a parte destinada à criação de Carajás e também Tapajós causaria, pela lógica, a diminuição da extensão geográfica do Pará. Nesse sentido, a experiência estética que retira componentes do prato e a expõe na tela torna-se altamente significativa ao argumento de não desmembrar o estado;

c) crise identitária: a ideia de desconstrução do tacacá, por decomposição dos ingredientes, provoca uma crise/instabilidade, desarmonizando a ideia de todo coerente que, no senso comum, acredita-se ter construída em relação ao princípio de identidade. A crise se efetiva e espalha quando se projeta a suposta perda do território e do desaparecimento dos ingredientes;

d) perda de identidade: tem por contraste a ideia fixa de posse do território. Nesse sentido, quando o domínio/posse da/sobre a terra é ameaçado/a tem como resultado a sensação de perda da identidade. A decomposição do tacacá em seus ingredientes desconstrói o território cultural, implicando fragmentação da extensão geográfica, por analogia de significação.

e) reconstrução identitária: ao passo que os itens somem, ativa-se o desejo de reconstituição dos elementos, ideia esta que se alia à manutenção da extensão territorial, notadamente à reconstrução da identidade abalada (do prato típico, do território, da cultura paraense). Essa ação

discursiva ativa o processo de reflexão social do eu na relação com o outro, sob a perspectiva do pertencimento, da identidade, gerando a necessidade de reafirmação. A bandeira que aparece viva, flamejante pelo movimento do vento, esteticamente, ativa e reativa o fundamento simbólico da identidade, deixando exposta a necessidade de defesa do território nação, por consequência do efeito de pertencimento, identidade etc. Por conta disso, cabe ao interlocutor manter o estado como está, optando pela não divisão;

f) associação de bens materiais aos simbólicos: o território enquanto bem material em disputa entra em conflito com bens culturais, que se projetam tanto na materialidade dos ingredientes, quanto do valor simbólico representativo à cultura paraense. O material *versus* o imaterial, gerando contraste no processo de significação, como forma de ampliação do sentido;

g) política do medo: o aspecto é construído mediante a relação de questionamento. No plano do discurso, a prática discursiva de não identificação do interlocutor que anseia a cisão do estado opera o sentido de gerar incerteza no resultado dessa ação, já que o próprio agente não é revelado. Do mesmo modo, o contexto duvidoso à divisão se mantém quando a pergunta “Dá pra gostar disso?” fica exposta no centro da imagem sobre a cuia vazia. O vazio como resultado estético é ampliado como cenário sombrio/escuro (cua do tacacá) ao processo de desmembramento, resultando na ideia vaga, imprecisa diante do futuro que se projeta indefinido e incerto, sendo esse aspecto perturbador;

h) território cultural: essa relação torna-se significativa quando a concepção de território (terra, chão, espaço geográfico) é alçada ao campo da cultura (imaterial, simbólico, identitário), gerando a adesão do eleitor por relação de pertencimento, patriotismo, constitutivo da ideia de nação.

Considerando que “a análise discursiva é um nível intermediário entre o texto em si e seu contexto social – eventos, práticas, estruturas” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 61), torna-se importante identificar como os três tipos de significados (acional, representacional e identificacional) “são realizados em traços linguísticos dos textos e da conexão entre o evento social e práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos”, sempre nas palavras dos autores.

Quanto ao significado acional (modos de agir), considerando-se o

modo “como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 62), pode-se dizer que o gênero programa eleitoral mobiliza a ação discursiva com o objetivo de persuadir o eleitor a votar pela não divisão do estado. De forma concreta, tendo em vista o evento social de consulta popular na forma de plebiscito (processo eleitoral), a persuasão produzida no programa eleitoral capta o eleitor para o grupo contrário ao desmembramento, evitando que mudanças sociais ocorram em relação ao território, pois sendo o programa eleitoral um gênero flexível, isto é, possibilita diferentes modos de montagens (produção) e de usos da linguagem, tais elementos constitutivos colaboram para que a projeção de sentido ocorresse de forma estética (visual e verbal), impactando nos modos de sentir dos interlocutores de modo sinestésico, metafórico, cultural, identitário, geográfico, entre outros.

No tocante ao discurso como modo de representação de aspectos do mundo, mobilizados pelo significado representacional, notou-se que o modo de representar o processo de divisão esteve vinculado à ideia de constituição de uma identidade cultural paraense. Portanto, o território foi articulado a elementos culturais, entre os quais a bandeira do Pará e o tacacá, prato típico da gastronomia paraense, para construir o discurso patriótico, logo identitário – utilizado como demanda social, em favor da não divisão territorial, sendo o resultado de uma visão dominante, perspectiva particular de grupos hegemônicos da região. O discurso age no sentido da dominação, já que compete com a ideia de desmembramento.

Por fim, o significado identificacional (modos de ser) é construído pela relação binária entre os sujeitos da interação, formando lados opostos na disputa eleitoral. A relação eu/outro entre indivíduos do mesmo grupo é discursivizada pela linguagem de forma colaborativa/ cooperativa (simétrica), enquanto a representação dos paraenses favoráveis à cisão do estado ocorre pela distinção/demarcação nós/eles (assimétrica), constatando-se que “a afirmação da identidade e da diferença no discurso traduz conflitos de poder entre grupos assimetricamente situados” (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 77).

5. Considerações finais

As práticas discursivas mobilizadas e materializadas nas dimensões verbais e visuais do gênero programa eleitoral possibilitaram a identificação de nove categorias de análise para os enunciados verbais (di-

menção verbal), sendo sete relativas ao enunciado “Querem tirar 83% das terras do Pará. É igual a tirar do tacacá os camarões, o jambu, o tucupi, e até a goma. Só ia sobrar a cuia. Agora diga. Dá pra gostar disso?”: i) Ocultação do sujeito; ii) Uso de verbos que usurpam o sentido dos enunciados; iii) Presença de infinitivos verbais; iv) Uso de figuras de linguagem; v) Construção da linguagem enquanto um processo proporcional na relação de sentido; vi) A incerteza como questionamento; vii) Uso de locuções verbais; e outras duas categorias para o enunciado “*Não e não! Ninguém divide o Pará*”, sendo: 1) A duplicação de termos/palavras como representação do poder; 2) O reapagamento de sujeitos opostos.

Quanto ao enunciado visual (dimensão visual), identificaram-se oito dispositivos de análise: a) apropriação de elementos da cultura paraense para construção do discurso patriótico; b) desconstrução estética da imagem; c) crise identitária; d) perda de identidade; e) reconstrução identitária; f) associação de bens materiais aos simbólicos; g) política do medo; h) território cultural.

As práticas discursivas mobilizam sentidos em direção ao poder quando, em conjunto com as materialidades do texto, valem-se das construções de linguagem para reafirmar o discurso de suposta posse/propriedade do território. Essa ideologia é construída pelos que ocupam os espaços do poder no campo da administração pública para impossibilitar processos de mudanças sociais. A questão identitária alcançou grande visibilidade nos programas eleitorais quando foi articulada à ideia de pertencimento cultural. Esse uso da linguagem construiu sentidos materiais, quando a ideia de terra/território foi materializada em um prato típico (tacacá); e simbólicos, quando se reforçou o sentido de cultura (identidade paraense) e seus símbolos patrióticos, mobilizando os eleitores (telespectadores) a votarem contra o desmembramento do estado. Além disso, a ação de divisão foi construída de forma imprecisa/indefinida, apagando e/ou não identificando os sujeitos favoráveis a ela. Esse aspecto lança dúvidas quanto aos interesses por trás do discurso de divisão. Os usos de pronomes e expressões indefinidas resultaram em práticas de linguagem eficientes ao projeto enunciativo do Programa Não e Não Carajás, corroborado com construções subjetivas, questionadoras, potencializadas por sentidos figurativos na forma de metáforas e comparações, entre outros.

Vale destacar, ainda, práticas discursivas que projetam o medo. Elas bem corroboram esse processo, como manutenção do discurso dominante. Em ação danosa aos projetos de mudanças sociais, o medo tor-

na-se um grande obstáculo a ser vencido quando se luta por alterações no contexto social, portanto deve ser superado para que contextos sociais, políticos, entre outros, possam ser superados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES JÚNIOR, Carlos. Reflexões críticas quanto às práticas de uso da linguagem no campo do jornalismo. *Revista Rizoma*, v. 8, n. 2, p. 76-94. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/15118>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. coord. por Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Modernidade e identidade pessoal*. Trad. de M. V. de Almeida. Portugal: Celta, 1997.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA JÚNIOR, C. B. *Relações de Dominação em programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. 431f. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PLLG0699-T.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102

THOMPSON, John B. *O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.